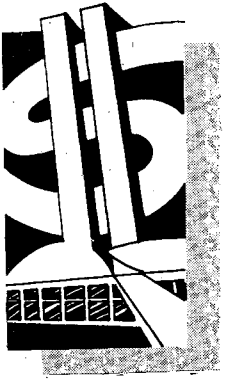


CPI prorroga prazo por mais 7 dias

O colégio de líderes da Câmara dos Deputados decidiu, ontem, prorrogar por mais sete dias o término da CPI do Orçamento, que terá, agora, até o dia 24



para apresentar o relatório final. À exceção do PMDB, que havia decidido pela manutenção do prazo estabelecido (17 de janeiro), todos os demais partidos foram favoráveis ao adiamento. A decisão deverá ser referendada pelo plenário do Congresso.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG), explicou que a Executiva do partido foi contra a prorrogação, porque "a sociedade está cobrando os resultados". Mesmo assim, o deputado adiantou que o partido vai acatar a decisão. Segundo ele, a posição do PMDB não significa uma tentativa de proteger parlamentares da legenda de novas acusações. Tarcísio Delgado afirmou que, "nas últimas denúncias apresentadas, não houve qualquer fato novo que envolvesse políticos do partido", embora o PMDB tenha o maior número de envolvidos.

Os sete dias concedidos pelo Colégio de Líderes só poderão ser utilizados para a redação, discussão e votação do relatório. A vantagem para a CPI é que se estenderá até o dia 17 o prazo para a chamada fase de "instrução", em que são ouvidos os depoimentos. Na avaliação do deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), um dos representantes da CPI na reunião dos líderes, a decisão foi importante, porque "o relatório será muito complexo e precisa de tempo para ser elaborado com seriedade".

Isonomia — Com a prorrogação da CPI, o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) já está preparando um requerimento para que a Comissão volte atrás na decisão de delegar a equipes de parlamentares a tomada dos 20 depoimentos restantes. "Uma arguição nessas condições não vai verificar coisa alguma", criticou Mercadante. Para ele, a CPI deve dar o mesmo tratamento a todos os acusados, pois, conforme disse, "a quebra da isonomia é equivocada sob todos os aspectos — políticos e jurídicos".

Com mais tempo para ouvir os 21 depoimentos que faltam, a CPI deverá reformular seu cronograma. E, tanto os políticos apontados numa segunda lista pelo economista José Carlos Alves dos Santos, quanto os incluídos numa relação da empreiteira Norberto Odebrecht, ao lado de percentuais deverão ser ouvidos no plenário.